

ISSN 1806-6445

v. 11 • n. 20 • jun./dez. 2014

sur
v

20

EDIÇÃO COMEMORATIVA
DIREITOS HUMANOS EM MOVIMENTO



CONECTAS
DIREITOS HUMANOS

CONSELHO EDITORIAL

Christof Heyns Universidade de Pretoria (África do Sul)
Emilio García Méndez Universidade de Buenos Aires (Argentina)
Fifi Benaboud Centro Norte-Sul do Conselho da União Européia (Portugal)
Fiona Macaulay Universidade de Bradford (Reino Unido)
Flavia Piovesan Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)
J. Paul Martin Universidade de Columbia (Estados Unidos)
Kwame Karikari Universidade de Gana (Gana)
Mustapha Kamel Al-Sayyid Universidade do Cairo (Egito)
Roberto Garretón Ex-Funcionário do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Chile)
Upendra Baxi Universidade de Warwick (Reino Unido)

EDITORES

Pedro Paulo Poppovic
Oscar Vilhena Vieira

EDITORES EXECUTIVOS

Maria Brant – Editora Executiva
Thiago Amparo – Editor Convidado
Luz González – Editora Assistente

CONSELHO EXECUTIVO

Albertina de Oliveira Costa, Ana Cernov, Conrado Hubner Mendes,
Glenda Mezarobba, Juana Kweitel, Laura Waisbich, Lucia Nader,
Luz González, Manoela Miklos, Maria Brant, Thiago Amparo

EDIÇÃO

Luz González, Thiago Amparo, Tânia Rodrigues

REVISÃO DE TRADUÇÕES

ESPAANHOL

Carolina Fairstein, Celina Lagrutta, Erika Sanchez Saez,
Josefina Cicconetti, Laia Fargas Fursa

PORTUGUÊS

Caio Borges, Erika Sanchez Saez, Renato Barreto, Marcela Vieira

INGLÊS

Murphy McMahon, Oliver Hudson, The Bernard and Audre Rapoport
Center for Human Rights and Justice
(University of Texas, Austin), Tina Amado

PROJETO GRÁFICO

Oz Design

EDIÇÃO DE ARTE

Alex Furini

ARTE DA CAPA

Mariana Bernd

FOTOGRAFIA DA CAPA

Renato Stockler

CIRCULAÇÃO

Beatriz Kux

IMPRESSÃO

Yangraf Gráfica e Editora Ltda.

COMISSÃO EDITORIAL

Alejandro M. Garro Universidade de Columbia (Estados Unidos)
Bernardo Sorj Universidade Federal do Rio de Janeiro / Centro Edelstein (Brasil)
Bertrand Badie Sciences-Po (França)
Cosmas Gitta PNUD (Estados Unidos)
Daniel Mato CONICET / Universidade Nacional Tres de Febrero (Argentina)
Daniela Ikawa Rede Internacional para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais/ Universidade de Columbia (Estados Unidos)
Ellen Chapnick Universidade de Columbia (Estados Unidos)
Ernesto Garzon Valdes Universidade de Mainz (Alemanha)
Fateh Azzam Fundo Árabe para os Direitos Humanos (Líbano)
Guy Haarscher Universidade Livre de Bruxelas (Bélgica)
Jeremy Sarkin Universidade de Western Cape (África do Sul)
João Batista Costa Saraiva Juizado Regional da Infância e da Juventude de Santo Ângelo/RS (Brasil)
José Reinaldo de Lima Lopes Universidade de São Paulo (Brasil)
Juan Amaya Castro Universidade de Amsterdam (Países Baixos)/ Universidade para a Paz (Costa Rica)
Lucia Dammert Consórcio Global para a Transformação da Segurança (Chile)
Luigi Ferrajoli Universidade de Roma (Itália)
Luiz Eduardo Wanderley Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)
Malak El-Chichini Poppovic Conectas Direitos Humanos (Brasil)
Maria Filomena Gregori Universidade de Campinas (Brasil)
Maria Hermínia Tavares Almeida Universidade de São Paulo (Brasil)
Miguel Cillero Universidade Diego Portales (Chile)
Mudar Kassib Universidade Birzeit (Palestina)
Paul Chevigny Universidade de Nova York (Estados Unidos)
Philip Alston Universidade de Nova York (Estados Unidos)
Roberto Cuéllar M. Instituto Interamericano de Direitos Humanos (Costa Rica)
Roger Raupp Rios Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)
Shepard Forman Universidade de Nova York (Estados Unidos)
Victor Abramovich Universidade de Buenos Aires (Argentina)
Victor Topanou Universidade Nacional do Benin (Benin)
Vinodh Jaichand Centro Irlandês de Direitos Humanos, Universidade Nacional da Irlanda (Irlanda)

SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos é uma revista semestral, publicada em inglês, português e espanhol pela Conectas Direitos Humanos. Está disponível na internet em <<http://conectas.org/pt/acoes/sur>>.

SUR está indexada nas seguintes bases de dados: IBSS (International Bibliography of the Social Sciences); ISN Zurich (International Relations and Security Network); DOAJ (Directory of Open Access Journals) e SSRN (Social Science Research Network). Além disso, Revista Sur está disponível nas seguintes bases comerciais: EBSCO e HEINonline, ProQuest e Scopus. SUR foi qualificada como A1 (Colômbia) e A2 (Qualis, Brasil).

SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos / Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos – v.1, n.1, jan.2004 – São Paulo, 2004 - .

Semestral

ISSN 1806-6445

Edições em Inglês, Português e Espanhol.

1. Direitos Humanos 2. ONU I. Rede Universitária de Direitos Humanos

Direitos Humanos em Movimento

SUMÁRIO

LUCIA NADER, JUANA KWEITEL, & MARCOS FUCHS	7	Apresentação
PERFIL DE PEDRO PAULO POPPOVIC	11	“Não criamos a Revista Sur porque tínhamos certezas, mas porque estávamos cheios de dúvidas”
MALAK EL-CHICHINI POPPOVIC E OSCAR VILHENA VIEIRA	17	Perspectivas sobre o movimento internacional de direitos humanos no século XXI: As respostas mudam
LINGUAGEM		
SARA BURKE	27	O que uma época de protestos globais diz a respeito da eficácia dos direitos humanos como linguagem para alcançar mudanças sociais
VINODH JAICHAND	37	Após o estabelecimento de normas de direitos humanos, o que virá a seguir?
DAVID PETRASEK	47	Tendências globais e o futuro da defesa e promoção dos direitos humanos
SAMUEL MOYN	61	O futuro dos direitos humanos
STEPHEN HOPGOOD	71	Desafios para o Regime Global de Direitos Humanos: Os direitos humanos ainda são uma linguagem eficaz para a mudança social?
EMILIO ÁLVAREZ ICAZA	81	Os direitos humanos como meio eficaz para produzir mudanças sociais
ENTREVISTA COM RAQUEL ROLNIK	85	Sistema de Procedimentos Especiais da ONU é “controlado para não ter efeito”
ENTREVISTA COM PAULO SÉRGIO PINHEIRO	95	“Fora dos direitos humanos não vejo solução para atender às vítimas”
ENTREVISTA COM KUMI NAIDOO	101	“O Estado de Direito consolidou todas as injustiças que existiam antes dele”
TEMAS		
JANET LOVE	109	Estariamos despolitizando o poder econômico? A deliberada irresponsabilidade corporativa e a resposta burocrática dos defensores de direitos humanos
PHIL BLOOMER	119	Os direitos humanos são uma ferramenta eficaz para a mudança social?: Uma perspectiva sobre direitos humanos e empresas
GONZALO BERRÓN	127	Poder econômico, democracia e direitos humanos. Um novo debate internacional sobre direitos humanos e empresas
DIEGO LORENTE PÉREZ DE EULATE	137	Problemas e desafios das organizações e redes de migrações e direitos humanos na Mesoamérica
GLORIA CAREAGA PÉREZ	147	A proteção dos direitos LGBTI, um panorama incerto

ARVIND NARRAIN **155** Brasil, Índia, África do Sul: Constituições transformadoras e seu papel nas lutas LGBT

SONIA CORRÊA **171** Potências emergentes: Seria a sexualidade e os direitos humanos um assunto secundário?

CLARA SANDOVAL **185** Justiça de transição e mudança social

PERSPECTIVAS

NICOLE FRITZ **197** Litígio em direitos humanos na África Austral: Dificuldades em rebater opinião pública prevalecente

MANDIRA SHARMA **205** Pondo as leis em funcionamento: Experiências do *Advocacy Forum* na prevenção da tortura no Nepal

MARIA LÚCIA DA SILVEIRA **219** Direitos humanos e mudanças sociais em Angola

SALVADOR NKAMATE **225** A luta pela afirmação dos direitos humanos em Moçambique: Os avanços e os retrocessos

HARIS AZHAR **233** A luta pelos direitos humanos na Indonésia: Avanços internacionais, impasses internos

HAN DONGFANG **243** Vislumbrando um futuro democrático na China

ANA VALÉRIA ARAÚJO **253** Desafios de sustentabilidade da agenda de direitos humanos no Brasil

MAGGIE BEIRNE **263** Estaríamos jogando fora o bebê com a água do banho? A dinâmica Norte-Sul na perspectiva do trabalho em direitos humanos na Irlanda do Norte

ENTREVISTA COM MARÍA-I. FAGUAGA IGLESIAS **271** "As particularidades de Cuba nem sempre são identificadas ou compreendidas pelos ativistas de direitos humanos de outros países"

VOZES

FATEH AZZAM **279** Por que devemos ter que "representar" alguém?

MARIO MELO **289** Vozes da selva no estrado da Corte Interamericana de Direitos Humanos

ADRIAN GURZA LAVALLE **299** ONGs, direitos humanos e representação

JUANA KWEITEL **311** Experimentação e inovação em matéria de prestação de contas nas organizações de direitos humanos da América Latina

PEDRO ABRAMOVAY E HELOISA GRIGGS **329** Minorias democráticas em democracias do século 21

JAMES RON, DAVID CROW E SHANNON GOLDEN **343** Familiaridade com direitos humanos e *status* socioeconômico: Um estudo sobre quatro países

CHRIS GROVE **363** Construindo um movimento global para tornar direitos humanos e justiça social uma realidade para todos

ENTREVISTA COM MARY LAWLOR E ANDREW ANDERSON **375** "O papel das organizações internacionais deve ser apoiar os defensores locais"

FERRAMENTAS

- | | | |
|---|------------|--|
| GASTÓN CHILLIER E
PÉTALLA BRANDÃO TIMO | 385 | O movimento global de direitos humanos no século XXI: Reflexões sob a perspectiva de uma ONG nacional de direitos humanos do Sul |
| MARTIN KIRK | 397 | Sistemas, cérebros e lugares silenciosos: Reflexões sobre o futuro das campanhas de direitos humanos |
| ROCHELLE JONES, SARAH
ROSENHEK E ANNA TURLEY | 411 | Organização de "apoio ao movimento": A experiência da Associação para os Direitos das Mulheres e o Desenvolvimento (AWID) |
| ANA PAULA HERNÁNDEZ | 423 | Apoiando organizações locais: O trabalho do Fundo para os Direitos Humanos Globais no México |
| MIGUEL PULIDO JIMÉNEZ | 433 | Ativismo em direitos humanos em tempos de saturação cognitiva. Falemos de ferramentas |
| MALLIKA DUTT E NADIA RASUL | 441 | Conscientização digital: Uma análise das oportunidades e dos riscos enfrentados pelos ativistas de direitos humanos na era digital |
| SOPHEAP CHAK | 453 | Influência das novas tecnologias de informação e comunicação no ativismo no Camboja |
| SANDRA CARVALHO E
EDUARDO BAKER | 465 | Experiências de litígio estratégico no Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos |
| ENTREVISTA COM
FERNAND ALPHEN | 477 | "Desçam do pedestal" |
| ENTREVISTA COM MARY KALDOR | 485 | "As ONGs não são a mesma coisa que sociedade civil, mas algumas ONGs têm o papel de facilitadoras" |
| ENTREVISTA COM LOUIS BICKFORD | 491 | Convergência para o Centro Global: "Quem define a agenda global de direitos humanos e como" |

MULTIPOLARIDADE

- | | | |
|--|------------|---|
| LUCIA NADER | 499 | Organizações sólidas em um mundo líquido |
| KENNETH ROTH | 507 | Por que acolhemos parcerias em direitos humanos |
| CÉSAR RODRÍGUEZ-GARAVITO | 515 | O futuro dos direitos humanos: Do controle à simbiose |
| DHANANJAYAN SRISKANDARAJAH
E MANDEEP TIWANA | 529 | Rumo a uma sociedade civil multipolar |
| ENTREVISTA COM EMILIE M.
HAFNER-BURTON | 537 | "Evitar o uso do poder seria devastador para os direitos humanos" |
| ENTREVISTA COM MARK
MALLOCH-BROWN | 545 | "Hoje somos um mundo extremamente multipolar, mas não somente composto por Estados-nação" |
| ENTREVISTA COM SALIL SHETTY | 551 | "Organizações de direitos humanos devem colocar mais o pé no chão" ou como perdemos o bonde |
| ENTREVISTA COM
LOUISE ARBOUR | 559 | "A solidariedade Norte-Sul é fundamental" |

APRESENTAÇÃO



DIREITOS HUMANOS EM MOVIMENTO: UM MAPA PARA O FUTURO DE UM MOVIMENTO

Lucia Nader (Diretora Executiva, Conectas)
Juana Kweitel (Diretora de Programas, Conectas)
Marcos Fuchs (Diretor Adjunto, Conectas)

A **Revista Sur** foi criada há dez anos como um veículo para aprofundar e fortalecer os vínculos entre acadêmicos e ativistas do Sul Global interessados em direitos humanos, com o objetivo de amplificar suas vozes e sua participação em organizações internacionais e debates acadêmicos. Nossa principal motivação era o fato de que, especialmente no Hemisfério Sul, os acadêmicos estavam trabalhando sozinhos e havia pouquíssimo intercâmbio entre pesquisadores de diferentes países. O objetivo da revista tem sido proporcionar aos indivíduos e organizações que trabalham na defesa dos direitos humanos, pesquisas, análises e estudos de caso que aliem rigor acadêmico e questões de interesse prático. Estas metas ambiciosas foram atingidas com êxito, de diversas maneiras: na última década, publicamos artigos de dezenas de países sobre questões tão diversas como saúde e acesso ao tratamento médico, justiça transicional, mecanismos regionais e informação e direitos humanos, para citar alguns exemplos. Publicado em três idiomas e disponível gratuitamente on-line e impresso, nosso projeto também continua a ser o único em termos de alcance geográfico, perspectiva crítica e por seu 'sotaque' do Sul. Em homenagem ao editor fundador da revista, **Pedro Paulo Poppovic**, este 20º número conta em sua abertura com uma biografia (escrita por João Paulo Charleaux) deste sociólogo que tem sido um dos principais responsáveis pelo sucesso desta publicação.

Em diversos aspectos, esta última década também foi um sucesso para o movimento de direitos humanos como um todo. A Declaração Universal dos Direitos Humanos completou 60 anos recentemente, novos tratados internacionais foram adotados e os antigos, mas bons sistemas globais e regionais de monitoramento estão em pleno funcionamento, apesar das críticas em relação à sua eficácia e as tentativas por parte dos Estados de coibir seus poderes. A partir de uma perspectiva estratégica, continuamos a usar, com certo sucesso, *advocacy*, litígio estratégico e estratégias de nomear e envergonhar (*'naming and shaming'*) como nossas principais ferramentas de mudança. Além disso, continuamos a cultivar parcerias entre as organizações que classificamos como locais, nacionais e internacionais dentro do movimento.

No entanto, as **coordenadas políticas e geográficas**, nas quais o movimento global de direitos humanos tem operado, têm sofrido profundas alterações. Ao longo da última década, presenciamos a tomada das ruas por centenas de milhares de pessoas para protestar contra injustiças sociais e políticas. Vimos também as potências emergentes do Sul desempenharem um papel cada vez mais influente na definição da agenda global de direitos humanos. Ademais, nos últimos dez anos temos visto o rápido crescimento das redes sociais como ferramenta de mobilização e como um fórum privilegiado para o compartilhamento de informações políticas entre os usuários.

Em outras palavras, a Revista publica seu 20º número em um cenário bastante diferente daquele de dez anos atrás. Os protestos que recentemente encheram as ruas de muitos países ao redor do mundo, por exemplo, não foram organizados por movimentos sociais tradicionais, nem por sindicatos ou ONGs de direitos humanos, e as demandas das pessoas foram frequentemente expressas em termos de justiça social e não de direitos. Isto quer dizer que os direitos humanos não são mais vistos como uma linguagem eficaz à produção de mudança social? Ou que as organizações de direitos humanos têm perdido parte de sua capacidade de representar os cidadãos injustiçados? As próprias potências emergentes, apesar de sua influência internacional recém-adquirida, dificilmente foram capazes - ou tiveram vontade - de assumir posições que diferem substancialmente daquelas adotadas pelas potências "tradicionais". Como e onde as organizações de direitos humanos defendem mudanças? As ONGs sediadas no Sul estão em uma posição privilegiada para fazer isso? As ONGs com sede nas potências emergentes também têm ganhando influência em fóruns internacionais?

Precisamente com o intuito de refletir sobre estas e outras questões prementes, os editores da SUR decidiram contar, no presente 20º número, com a ajuda de mais de 50 ativistas de direitos humanos de renome e acadêmicos de 18 países, do Equador ao Nepal, da China aos EUA. Pedimos que eles refletissem sobre o que consideramos algumas das questões mais urgentes e relevantes enfrentadas pelo movimento global de direitos humanos na atualidade: 1. Quem representamos? 2. Como podemos combinar questões urgentes com impactos a longo prazo? 3. Os direitos humanos ainda são uma linguagem eficaz à produção de mudança social? 4. Como as novas tecnologias de informação e comunicação têm influenciado o ativismo? 5. Quais são os desafios de trabalhar internacionalmente a partir do Sul?

O resultado, que agora você tem em suas mãos, é um mapa para o movimento global de direitos humanos no século 21 - que oferece um ponto de vista excepcional do qual é possível observar onde o movimento está na atualidade e para onde ele está caminhando. A primeira parada neste roteiro é uma reflexão sobre essas questões por parte dos diretores fundadores da Conectas Direitos Humanos, **Oscar Vilhena Vieira e**

Malak El-Chichini Poppovic. O roteiro continua sua jornada e inclui entrevistas e artigos, ambos fornecendo análises em profundidade sobre as questões de direitos humanos, bem como notas de campo, descrições mais personalizadas de experiências de trabalho com direitos humanos, que organizamos em seis categorias, embora a maioria delas poderia, sem dúvida, ser alocada em mais de uma categoria:

Linguagem. Nesta seção, incluímos artigos que refletem sobre a questão se os direitos humanos - como utopia, normas e instituições - ainda são eficazes à produção de mudanças sociais. Nesta seção, as contribuições variam de análises sobre os direitos humanos como uma linguagem à mudança (**Stephen Hopgood e Paulo Sérgio Pinheiro**), pesquisas empíricas sobre o uso da linguagem de direitos humanos para articular queixas em grandes protestos recentes (**Sara Burke**), a reflexões sobre o papel normativo e eficácia das instituições internacionais de direitos humanos (**Raquel Rolnik, Vinodh Jaichand e Emilio Álvarez Icaza**). A seção também conta com estudos sobre as tendências globais da evolução do movimento (**David Petrasek**), desafios à ênfase do movimento na proteção do Estado de Direito (**Kumi Naidoo**) e propostas estratégicas para melhor garantir um compromisso entre utopia e realismo em relação aos direitos humanos (**Samuel Moyn**).

Temas. Nesta seção incluímos contribuições que abordam temas específicos de direitos humanos de um ponto de vista original e crítico. Quatro temas foram analisados: poder econômico e responsabilidade corporativa por violações de direitos humanos (**Phil Bloomer, Janet Love e Gonzalo Berrón**); políticas sexuais e direitos LGBTI (**Sonia Corrêa, Gloria Careaga Pérez e Arvind Narrain**); migração (**Diego Lorente Pérez de Eulate**); e, por último, justiça de transição (**Clara Sandoval**).

Perspectivas. Esta seção abrange temas específicos de cada país, principalmente notas de ativistas de direitos humanos em campo. Essas contribuições vêm de diversos locais como Angola (**Maria Lúcia da Silveira**), Brasil (**Ana Valéria Araújo**), Cuba (**María-I. Faguaga Iglesias**), Indonésia (**Haris Azhar**), Moçambique (**Salvador Nkamate**) e Nepal (**Mandira Sharma**). Mas todas compartilham uma perspectiva crítica sobre os direitos humanos, incluindo, por exemplo, uma visão cética sobre a relação entre o litígio e a opin-

ião pública na África do Sul (**Nicole Fritz**), uma visão provocativa sobre o futuro democrático da China e sua relação com os direitos trabalhistas (**Han Dongfang**), e uma análise instigante da dualidade Norte-Sul a partir da Irlanda do Norte (**Maggie Beirne**).

Vozes. Nesta seção, os artigos abordam o cerne da questão de quem o movimento mundial de direitos humanos representa. **Adrian Gurza Lavalle** e **Juana Kweitel** destacam a pluralização da representação e formas inovadoras de responsabilização adotadas por ONGs de direitos humanos. Outros autores estudam a pressão por mais representação ou uma voz mais forte nos mecanismos internacionais de direitos humanos (como no Sistema Interamericano, relatado por **Mario Melo**) e nas instituições de representação, como legislaturas nacionais (analisadas por **Pedro Abramovay** e **Heloisa Griggs**). Por sua vez, **Chris Grove**, bem como **James Ron**, **David Crow** e **Shannon Golden** enfatizam, em suas contribuições, a necessidade de um link entre as ONGs de direitos humanos e grupos de base, incluindo populações economicamente desfavorecidas. Como contraponto, **Fateh Azzam** questiona a necessidade dos ativistas de direitos humanos representar alguém, discordando da crítica que as ONGs são excessivamente dependentes dos financiadores. Por fim, **Mary Lawlor** e **Andrew Anderson** descrevem os esforços feitos por uma organização do Norte para atender as necessidades dos defensores locais de direitos humanos como eles, e mais ninguém, as definem.

Ferramentas. Nesta seção, os editores incluíram contribuições que tratam dos instrumentos utilizados pelo movimento global de direitos humanos na realização de seu trabalho. Isso inclui um debate sobre o papel da tecnologia na promoção de mudanças (**Mallika Dutt** e **Nadia Rasul**, bem como **Sopheap Chak** e **Miguel Pulido Jiménez**) e perspectivas sobre os desafios das campanhas de direitos humanos, o que é analisado de forma provocativa por **Martin Kirk** e **Fernand Alphen** em suas respectivas contribuições. Outros artigos apontam à necessidade das organizações serem mais fundamentadas em contextos locais, como observado por **Ana Paula Hernández** em relação ao México, por **Louis Bickford** no que ele considera como uma convergência ao Centro Global, e, por fim, por **Rochelle Jones**, **Sarah Rosenhek** e **Anna Turley** em seu modelo de movimento de

apoio. Além disso, é destacado por **Mary Kaldor** que as ONGs não são o mesmo que a sociedade civil, propriamente dita. Ademais, ações de litígio e de atuação internacional são analisadas criticamente por **Sandra Carvalho** e **Eduardo Baker** tratando inclusive do dilema entre estratégias de longo e curto prazo no sistema interamericano. Por fim, **Gastón Chillier** e **Pétalla Brandão Timo** analisam a cooperação Sul-Sul do ponto de vista de uma ONG nacional de direitos humanos na Argentina.

Multipolaridade. Nesta seção, os artigos desafiam nossas formas de pensar sobre poder no mundo multipolar em que vivemos atualmente, com contribuições dos diretores de algumas das maiores organizações internacionais de direitos humanos de todo o mundo com sede no Norte (**Kenneth Roth** e **Salil Shetty**) e no Sul (**Lucia Nader**, **César Rodríguez-Garavito**, **Dhananjayan Sriskandarajah** e **Mandeep Tiwana**). Esta seção também discute o que significa multipolaridade em relação aos Estados (**Emilie M. Hafner-Burton**), organizações internacionais e da sociedade civil (**Louise Arbour**) e empresas (**Mark Malloch-Brown**).

Conectas espera que este número fomente o debate sobre o futuro do movimento global de direitos humanos no século 21, permitindo que ele se reinvente como é necessário para oferecer uma melhor proteção aos direitos humanos no terreno.

Gostaríamos de enfatizar que este número da Revista Sur só foi possível graças ao apoio da Fundação Ford, Open Society Foundations, Oak Foundation, Sigrid Rausing Trust, International Development Research Centre (IDRC, na sigla em inglês) e Swedish International Development Cooperation Agency (SIDA, no original em inglês).

A Conectas Direitos Humanos é especialmente grata pela colaboração dos autores e da equipe da organização, especialmente de **Laura Dauden**, **João Paulo Brito** e **Laura Waisbich**. Também gostaríamos de agradecer a **Maria Brant** e **Manoela Miklos** por conceber este número e pela a realização da maioria das entrevistas, e a **Thiago Amparo** por se juntar à equipe editorial e tornar este número possível. Por fim, mas não menos importante, somos extremamente gratos a **Luz González** por seu incansável trabalho de edição das contribuições recebidas, e a **Ana Cernov** pela coordenação do processo editorial como um todo. Obrigado a todos e todas!



sur

Direitos Humanos em Movimento

Ferramentas

GASTÓN CHILLIER E PÉTALLA BRANDÃO TIMO

O movimento global de direitos humanos no século XXI:

Reflexões sob a perspectiva de uma ONG nacional de direitos humanos do Sul

MARTIN KIRK

Sistemas, cérebros e lugares silenciosos:

Reflexões sobre o futuro das campanhas de direitos humanos

ROCHELLE JONES, SARAH ROSENHEK E ANNA TURLEY

Organização de "apoio ao movimento":

A experiência da Associação para os Direitos das Mulheres e o Desenvolvimento (AWID)

ANA PAULA HERNÁNDEZ

Apoiando organizações locais:

O trabalho do Fundo para os Direitos Humanos Globais no México

MIGUEL PULIDO JIMÉNEZ

Ativismo em direitos humanos em tempos de saturação cognitiva.

Falemos de ferramentas

MALLIKA DUTT E NADIA RASUL

Conscientização digital: Uma análise das oportunidades e dos riscos enfrentados pelos ativistas de direitos humanos na era digital

SOPHEAP CHAK

Influência das novas tecnologias de informação e comunicação no ativismo no Camboja

SANDRA CARVALHO E EDUARDO BAKER

Experiências de litígio estratégico no Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos

ENTREVISTA COM FERNAND ALPHEN

"Desçam do pedestal"

ENTREVISTA COM MARY KALDOR

"As ONGs não são a mesma coisa que sociedade civil, mas algumas ONGs têm o papel de facilitadoras"

ENTREVISTA COM LOUIS BICKFORD

Convergência para o Centro Global:

"Quem define a agenda global de direitos humanos e como"



ANA PAULA HERNÁNDEZ

Ana Paula Hernández é a representante do Programa para a América Latina do Fundo para os Direitos Humanos Globais. Ela administra o financiamento do Fundo no México, Honduras e Guatemala, bem como o Projeto de Responsabilidade Corporativa na Mesoamérica. Ela é mestre em Direitos Humanos e Democracia pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO) e em 2010 foi nomeada *Yale World Fellow*.

Email: ahernandez@globalhumanrights.org

RESUMO

Por meio de exemplos concretos a partir das experiências com os financiamentos concedidos pelo Fundo para os Direitos Humanos Globais no México, o artigo discute a importância de apoiar tanto grandes organizações com alcance nacional e internacional, quanto grupos locais que mantêm contato direto e permanente com as comunidades afetadas por violações de direitos humanos. As organizações locais enfrentam obstáculos cada vez maiores para obter recursos. Contudo, elas desempenham um papel vital 1) na identificação e resposta às necessidades da comunidade, 2) na capacitação das comunidades afetadas para que sejam capazes de defenderem seus próprios interesses e 3) no fortalecimento das campanhas de políticas nacionais e internacionais, por meio da mobilização de uma base de apoio local e do monitoramento da implementação dos mecanismos de proteção dos direitos humanos. Diversificar o financiamento e garantir que os recursos cheguem tanto a ativistas na linha de frente, quanto a grandes organizações contribui para uma sociedade civil mais eficaz e nos aproxima da mudança social fundamental, justamente o motivo pelo qual os financiadores foram criados.

Original em inglês. Traduzido por Adriana Gomes Guimarães.

Recebido em maio de 2014.

PALAVRAS-CHAVE

Financiamento – Sociedade civil – Direitos humanos – México – Grupos de base



Este artigo é publicado sob a licença de *creative commons*.

Este artigo está disponível *online* em <http://conectas.org/pt/acoes/sur>.

ENSAIO

APOIANDO ORGANIZAÇÕES LOCAIS: O TRABALHO DO FUNDO PARA OS DIREITOS HUMANOS GLOBAIS NO MÉXICO

Ana Paula Hernández

1 Introdução

Como organizações internacionais, doadores e ativistas, estamos todos à procura de maneiras mais eficazes para promover mudanças sociais fundamentais. Nós, no campo de direitos humanos, trabalhamos para transformar os problemas estruturais que encontram-se no centro das violações de direitos: a impunidade, a corrupção, a desigualdade, a falta de transparência e prestação de contas, a discriminação, o racismo, entre outros. Para tanto, pretendemos fortalecer as normas e mecanismos internacionais e regionais que promovam e protejam direitos, e, no âmbito nacional, pressionamos para que mudanças em políticas públicas reconheçam e implementem essas normas. O que há de mais crucial neste trabalho é o desenvolvimento de bases de apoio locais com 1) credibilidade para influenciar o desenvolvimento de políticas e práticas que respondam às necessidades da comunidade, e 2) amplo poder com apoio em grupos locais para exigir mudanças e acompanhar sua execução. É vital que apoiemos e cuidemos desses movimentos de base para que desempenhem esse papel.

Organizações conhecidas e com mais recursos continuam a ter necessidades adicionais de financiamento, mas com a vantagem de contarem com orçamentos maiores e funcionários exclusivamente dedicados à captação de recursos, tiveram sucesso considerável na obtenção de recursos internacionais. Com uma equipe dedicada a escrever propostas de financiamento e relatórios e manter contato com os doadores, essas organizações mais conhecidas podem assegurar um financiamento significativo e demonstrar aos doadores sua capacidade de gerir com eficácia grandes orçamentos. Isto as posiciona em um caminho para o crescimento de longo prazo, uma vez que a maioria dos doadores valoriza o tamanho dos orçamentos organizacionais e a capacidade de garantir outras fontes de financiamento.

Ver as notas deste texto a partir da página 430.

Para as organizações menores, nacionais e de base comunitária a obtenção de financiamento continua a enfrentar obstáculos cada vez maiores. Elas não têm recursos iniciais para reter o pessoal que realiza suas principais atividades; muitas vezes, uma pessoa está fazendo o trabalho de três ou mais. Sob severa escassez de pessoal, elas são desafiadas a fazer da captação de recursos uma prioridade quando confrontadas com situações emergenciais de direitos humanos que exigem uma resposta. Como não conseguem aumentar seus orçamentos, perdem a oportunidade de mostrar aos doadores que são capazes de gerenciar grandes projetos e têm dificuldade de demonstrar um histórico de financiamento. Poucos doadores estão dispostos a assumir o risco de fornecer a esses grupos financiamento inicial para começar a reverter esse ciclo e, assim, eles raramente entram num ciclo de crescimento.

Como representante do Programa para a América Latina do Fundo para os Direitos Humanos Globais, baseado na Cidade do México, a seguir, com base em nossa experiência com financiamentos no México, demonstrarei a importância do apoio a grupos locais menores e como temos sido capazes de incorporá-los em nosso programa de financiamentos nesse país.

2 O Trabalho do Fundo para os Direitos Humanos Globais no México

O Fundo para os Direitos Humanos Globais (doravante, o Fundo) é uma organização internacional de direitos humanos, que proporciona aportes financeiros, recursos técnicos e apoio estratégico para as organizações de direitos humanos de linha de frente em dezoito países ao redor do mundo. Fundado sobre a crença central de que o ativismo de base é o solo sobre o qual o respeito pelos direitos humanos é construído, o Fundo começou com a abordagem simples, mas pioneira, de direcionar recursos financeiros para os grupos locais de defesa de direitos e, desde 2003, concedemos mais de US\$45 milhões em financiamento, para mais de 200 grupos. Quando o Fundo foi lançado, poucos recursos chegavam até os grupos de linha de frente. Grande parte dos nossos primeiros financiamentos foi concedida para grandes organizações com sede na capital, relativamente estabelecidas, que não dispunham dos recursos necessários para implementarem seus programas. Em resposta às necessidades e oportunidades cada vez maiores expandimos rapidamente nosso portfólio para alcançar um maior número de grupos de base e comunitários, muitos dos quais tinham pouca ou nenhuma experiência na captação de financiamento. Os dois tipos de organizações são fundamentais para fazer avançar os direitos humanos, mas enquanto as principais organizações têm acesso a recursos com relativa facilidade, os grupos de base lutam para garantir o financiamento necessário para expandir seus esforços e impacto.

Como em todo o setor, os grupos de base continuam a contar com escassos recursos, por isso faz-se urgente atender a essa necessidade. Quando o Fundo iniciou seu programa de financiamento no México, em 2003, o país já tinha uma vibrante comunidade de direitos humanos surgida no final dos anos 1980. No início dos anos 2000, o movimento foi desafiado a adaptar-se a uma abertura sem precedentes para

o engajamento junto ao governo, após um partido de oposição, o Partido de Ação Nacional (*Partido Acción Nacional* - PAN) ter ganhado a presidência após 71 anos de governo de um único partido, o Partido Revolucionário Institucional (*Partido Revolucionario Institucional* - PRI). Muitas dos nossos primeiros financiamentos foram concedidos a organizações, em sua maioria baseadas na Cidade do México, que estavam bem posicionadas para usar os financiamentos de apoio geral e irrestrito do Fundo para pressionar por reformas legislativas e melhoria nas políticas de direitos humanos.

No início do desenvolvimento do nosso programa de financiamento, o Fundo deu a mesma importância para as organizações locais, ampliando nosso portfólio para alcançar organizações menores, de base e grupos comunitários baseados fora da Cidade do México, em estados que sofreram índices particularmente elevados de violações de direitos humanos como Guerrero, Oaxaca, Chiapas, e Chihuahua. Uma das muitas razões para apoiar essas organizações é quebrar o ciclo no qual estas organizações não são capazes de demonstrar adequadamente uma trajetória de impacto para os doadores que as posicionaria no caminho para o crescimento institucional.

Acima de tudo, no entanto, incorporamos grupos locais em nossa estratégia de financiamentos por conta do papel vital que desempenham em três aspectos: em primeiro lugar, ao identificar e responder às necessidades da comunidade; em segundo lugar, para capacitar as comunidades afetadas a defenderem seus próprios interesses, e, finalmente, no reforço de campanhas de políticas nacionais e internacionais, mobilizando uma base de apoio e monitorando a implementação dos mecanismos de proteção dos direitos humanos. A seguir, desenvolverei separadamente cada um desses papéis, apesar de na prática serem extremamente interligados.

3 Identificar e responder às necessidades da comunidade: a experiência do Centro de Direitos Humanos Tlachinollan

Organizações locais têm contato direto e permanente com as comunidades afetadas pelas violações dos direitos humanos. Sua proximidade e relações com as comunidades locais proporcionam-lhes uma avaliação precisa da situação, bem como a capacidade de identificar as necessidades mais prementes. Recentemente, no estado de Guerrero, uma tempestade tropical combinada com um furacão devastou a região serrana já marginalizada, que abriga os dois municípios mais pobres do país, com uma população 90 por cento indígena. A destruição das casas, estradas, escolas e clínicas levará muitos anos para ser reparada, mas a maior devastação envolveu a destruição de milhares de hectares de culturas dos quais mais de 20 mil famílias dependem para sua sobrevivência.¹ Os governos federal e estadual continuaram a representar o padrão de desvio de atenção e recursos da região serrana, uma vez que eles concentraram seus esforços na ajuda para a reconstrução do centro turístico de Acapulco.

O Centro de Direitos Humanos Tlachinollan,² beneficiário do Fundo, é uma organização local de base que vem trabalhando para promover e defender os

direitos indígenas no município de Tlapa de Comonfort, localizada no coração da região serrana de Guerrero. Depois da tempestade, sua equipe caminhou por dias para avaliar os danos, verificar as condições nas comunidades e para começar a formular planos de curto e longo prazo para enfrentar a emergência. A equipe de Tlachinollan montou uma campanha de mídia ambiciosa para chamar a atenção para a devastação da região serrana, que conseguiu atrair significativa atenção nacional e internacional para essa área muitas vezes esquecida. Nos meses que se seguiram à tempestade, eles trabalharam com sessenta comunidades, ajudando-os a se unirem para formar o Conselho das Comunidades Afetadas da Região Serrana. Tlachinollan rapidamente percebeu que a ameaça mais iminente para a região era a fome e a inanição devido à destruição das colheitas. O Conselho, com orientação e assistência de Tlachinollan, exigiu que o governo garantisse o seu direito à alimentação e negociou um programa especial para fornecer às famílias milho, o alimento básico de sua dieta, em quantidade suficiente para os próximos seis meses.

4 Capacitar as comunidades para que defendam seus próprios interesses: a experiência da organização Processos Abrangentes para a Autodeterminação dos Povos (PIAP)

Organizações de linha de frente também estão melhor posicionadas para fortalecer as comunidades que lutam por seus próprios modos de vida e meios de subsistência, saúde e segurança. Tais organizações permitem que as comunidades tornem-se as principais partes interessadas nesse processo, oferecendo assim maiores possibilidades para que essas comunidades continuem unidas durante batalhas judiciais ou políticas, que muitas vezes demoram muitos anos até produzirem resultados palpáveis. Como o Fundo aumentou o seu apoio à defesa dos direitos à terra e seus recursos, que são cada vez mais violados não só pelos Estados, mas também por atores do setor privado incluindo grandes empresas multinacionais, a importância do apoio às organizações locais com contato direto e permanente com as comunidades tornou-se ainda mais evidente.

A empresa canadense Goldcorp opera a mina de ouro Los Filos, no estado de Guerrero, desde 2005, o que tem causado grande impacto sobre a saúde e o modo de vida da comunidade local de Carrizalillo. A organização Processos Abrangentes para a Autodeterminação dos Povos (PIAP, na sigla original em espanhol), beneficiária do Fundo, é uma pequena organização que trabalha diretamente com as comunidades nos estados de Guerrero e Oaxaca, e tem prestado assistência técnica à comunidade e autoridades agrárias da Carrizalillo nos últimos cinco anos. Eles formularam um plano de desenvolvimento da comunidade por meio de um processo participativo com as autoridades e membros da comunidade que lhes permitiu formar a base de seu contrato com a Goldcorp, estabelecendo não só preços justos para o aluguel de suas terras, mas outros aspectos, tais como assegurar que os membros da comunidade seriam contratados para trabalhar na mina com plena garantia de seus direitos trabalhistas. Logo os membros da comunidade começaram a adoecer e culpavam as operações de mineração a céu aberto que contaminam a água, solo

e ar. A comunidade agora sofre de índices extraordinariamente altos de mortes prematuras, lesões na pele, problemas respiratórios e oculares.³

No ano passado, a equipe do PIAP passou meses em Carrizalillo treinando membros da comunidade para documentar essas ameaças à saúde. Eles trabalharam com a assembleia comunitária agrária, a autoridade de tomada de decisão para todos os assuntos agrários na comunidade, oficialmente reconhecida pela lei mexicana, para estabelecer o direito à saúde como uma prioridade em suas negociações de renovação de contrato com a Goldcorp. Em abril de 2014, a assembleia exigiu que a Goldcorp reconhecesse os riscos para a saúde de suas operações, trabalhasse com a comunidade para evitar danos futuros e pagasse pelos que já tinha causado, além de aumentar devidamente o pagamento do aluguel das suas terras.⁴ Quando a empresa se recusou, eles bloquearam a entrada da mina e encerraram temporariamente as operações. Se a empresa continuar a se recusar a aceitar os termos apresentados pela comunidade, eles vão exigir legalmente que a Goldcorp devolva as terras para a comunidade e começarão a execução do seu plano de fechamento da mina.

A capacitação, assistência técnica e orientação fornecidas pela PIAP têm sido fundamental para capacitar essa comunidade para defender suas terras e exigir seus direitos, não obstante o poder econômico esmagador do ator privado que estão enfrentando. Como o Fundo acompanha processos semelhantes, não só no México, mas também em outros países da região, incluindo a Guatemala e Honduras, é claro que na defesa da terra e dos recursos é essencial que as comunidades conheçam os seus direitos e tenham uma visão única sobre o futuro desenvolvimento que eles desejam para a sua população. Isso é fundamental na manutenção da unidade em face das ameaças, assédio, campanhas de difamação e do uso de subornos para tentar dividir a comunidade e comprar o apoio de suas autoridades, estratégias comuns testemunhadas por ativistas locais e empregadas por empresas de mineração em toda a Mesoamérica.

5 Fortalecendo campanhas de políticas nacionais e internacionais: a experiência do Projeto de Responsabilidade Corporativa do Fundo (CAP)

O trabalho dessas organizações de linha de frente é vital, mas muitas vezes pode ser de âmbito limitado precisamente por causa de seu foco local. Para ter o mais amplo impacto possível, esse trabalho pode ser amplificado por organizações com abrangência nacional, regional e internacional. Esta é uma das razões pela qual o Fundo continua a apoiar uma série de grandes organizações de maior visibilidade, que foram algumas das primeiras a serem incluídas em nosso portfólio. No ano passado, por exemplo, a organização Processos Abrangentes para a Autodeterminação dos Povos (PIAP), mencionada acima, fez uma parceria com outra beneficiária do Fundo, a PODER,⁵ uma organização com sede na Cidade do México, com vasta experiência em pesquisa corporativa, para educar os membros da comunidade sobre as práticas corporativas da Goldcorp e estabelecer padrões de violações de direitos humanos que possam ser úteis em negociações para uma maior proteção de direitos. Além disso, o Fundo apoiou a PIAP para participar do Movimento Mesoamericano

contra o Modelo de Mineração Extrativista (M4), uma coalizão catalisada há dois anos pelo Projeto de Responsabilidade Corporativa do Fundo (CAP).

Desde a sua criação, o CAP tem procurado aumentar o impacto dos defensores de direitos humanos de linha de frente que trabalham com a base para defender suas terras e recursos que são ameaçados por projetos de desenvolvimento liderados pelas corporações, especialmente a extração de recursos naturais. O desafio para as comunidades afetadas é enorme dado o poder econômico tremendo dessas indústrias e o forte apoio recebido dos governos, que alinham a legislação nacional para favorecê-las. Desde o início, o Fundo reconheceu que as organizações de direitos humanos e os grupos locais vêm lutando essas batalhas comunidade por comunidade.

Duas vertentes importantes do trabalho estavam sendo desenvolvidas. Primeiramente, organizações locais e comunitárias educaram as comunidades sobre os efeitos da mineração e as capacitaram para que exigissem ser consultadas e tivessem a oportunidade de tomar decisões informadas sobre os projetos de mineração em suas terras - sendo o exemplo mais claro as mais de 60 consultas comunitárias na Guatemala, onde mais de 1 milhão de pessoas disseram que não querem a mineração em suas terras. Em segundo lugar, organizações maiores, com alcance regional e internacional empregaram uma série de estratégias legais e internacionais - como encaminhar casos para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e atuar perante os acionistas das empresas para a responsabilização das empresas de mineração. Embora tenha havido alguns casos de sucesso, os ativistas de linha de frente não poderiam facilmente transformar a conscientização e capacitação da comunidade em decisões vinculativas, em normas que respeitassem os direitos e na responsabilização pelas violações. Da mesma forma, as organizações regionais e internacionais eram incapazes de assegurar que os êxitos fossem efetivamente implementados e tivessem um efeito positivo sobre as lutas que as comunidades de base estavam travando contra as empresas.

Com esse projeto, o Fundo procurou conectar essas vertentes de trabalho e fortalecer importantes ações em curso, fornecendo recursos para grupos trabalhando em diferentes níveis para o desenvolvimento de ações conjuntas. Engajamos ativistas em nível local e comunitário, bem como organizações nacionais e internacionais para trabalharem em conjunto na identificação e implementação de soluções abrangentes, campanhas e táticas para combater as violações no âmbito local e construir normas que respeitem os direitos em nível global e nacional. O Fundo iniciou o projeto no México e na Guatemala e o trabalho cresceu de forma rápida e orgânica incluindo o Panamá, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Honduras, o que resultou na criação do Movimento Mesoamericano contra o Modelo de Mineração Extrativista (M4), mencionado acima. Nos últimos dois anos, o projeto evoluiu desde a gestão conduzida pelo Fundo até uma gestão tocada pelos grupos de linha de frente formando uma coalizão que apoia o trabalho dos membros através das fronteiras, de modo que os sucessos nacionais possam dar frutos em nível internacional. Atualmente, os membros estão trabalhando juntos na coligação formal, para participar de atividades conjuntas e se apoiarem mutuamente.

No ano passado, o M4 concentrou seus esforços em uma campanha para responsabilizar a Goldcorp por violações ao direito à saúde em comunidades onde três de suas minas estão localizadas: a Mina de San Martin em Honduras; a Mina de Los Filos, no México; e a Mina Marlin, na Guatemala.⁶ Para atrair cobertura da mídia e conscientizar sobre as violações em massa dos direitos à saúde associados a essas três minas da Goldcorp, o M4 organizou um “tribunal” público, com mais de 600 pessoas, em que notórios ativistas de direitos humanos da região atuaram como “juízes”, ouvindo testemunhos de membros da comunidade e analisando os dados sobre a poluição e os efeitos na saúde. O painel de juízes considerou culpados a Goldcorp, o Canadá e os estados em que as minas operavam e recomendou que os participantes pacificamente se organizassem para parar as operações da Goldcorp, tanto por meio de ação comunitária como também pela utilização do direito nacional e internacional.⁷

Em 2014, o M4 vai desenvolver ferramentas compartilhadas para documentar os danos à saúde nas comunidades ao redor dessas três minas e reunir provas concretas que possam embasar uma ação judicial contra a Goldcorp. Assim, por meio de sua participação no M4, a formação de agentes comunitários para documentar os danos de saúde organizada pela PIAP, em Carrizalillo, não foi apenas destinada a negociar a renovação do contrato da comunidade com a Goldcorp, mas também para trabalhar com os beneficiários do Fundo que irão documentar os danos de saúde em Honduras e Guatemala. Juntos, o grupo vai desenvolver estratégias para usar as informações para responsabilizar a Goldcorp por violações ao direito à saúde. Eles vão trabalhar em estreita colaboração com a organização canadense Mining Watch,⁸ uma importante aliada do M4 desde a sua criação, explorando estratégias junto aos acionistas e investidores e o uso de mecanismos previstos em acordos comerciais e de livre comércio. Eles também explorarão estratégias inovadoras perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), juntamente com a Fundação para o Devido Processo Legal (DPLF, na sigla original em inglês),⁹ que em 2013 liderou a primeira audiência temática frente à CIDH sobre os “Direitos Humanos dos Povos Afetados pela Mineração nas Américas e a Responsabilidade dos Países de Destino e de Origem das Empresas Mineradoras”.¹⁰ Esperamos que a audiência seja um passo inicial em direção à admissão pela CIDH de um caso concreto sobre essa questão. No futuro, o M4, juntamente com a DPLF, investigará a possibilidade de apresentar à CIDH esse caso de violações de saúde perpetradas pela Goldcorp em suas minas no México, Honduras e Guatemala.

O M4 fornece um poderoso exemplo do que pode ser alcançado quando uma sociedade civil diversificada, trabalhando em vários níveis dispõe de recursos para coordenar campanhas nos âmbitos comunitários, nacional e internacional. O trabalho na Mesoamérica foi ainda mais bem-sucedido do que o previsto, precisamente porque se beneficia do momento atual e fornece a orientação e os recursos necessários para levar a campanha ao próximo nível. Acreditamos que isto tenha ampliado e organizado a resposta por parte de ativistas na linha de frente no tocante à responsabilização das corporações por violações relacionadas ao direito aos recursos e à justiça ambiental e, ao mesmo tempo, conectou esses esforços para a realização de um *advocacy* regional e global bem sucedido.

6 Conclusão

O desenvolvimento do programa CAP do Fundo, bem como as outras experiências expostas acima, têm destacado a importância de alinhar os financiamentos e a assistência técnica do Fundo às prioridades e estratégias dos ativistas de base e das comunidades afetadas. Conforme o financiamento se torna cada vez mais escasso é vital que os financiadores se lembrem do papel fundamental das organizações locais na identificação e resposta às necessidades das comunidades afetadas capacitando-as para que sejam capazes de defenderem seus próprios interesses. Mais importante ainda é que essas organizações possam garantir a eficácia do trabalho para estabelecer e fortalecer normas nos níveis regional e internacional, reforçando-as por meio de bases de apoio capazes de pressionar para a sua aprovação e implementação. Diversificar o financiamento e garantir que os recursos cheguem aos ativistas e às grandes organizações contribui para uma sociedade civil mais forte e nos aproxima da mudança social fundamental, justamente o motivo pelo qual nossas instituições financiadoras foram criadas.

NOTAS

1. Veja: <http://www.tlachinollan.org/index.php?option=com_content&view=article&id=2295%3Apara-que-llueva-maiz-en-la-montana&catid=350%3Adesastre-natural-2013&Itemid=663&lang=es>. Último acesso em: 12 ago. 2014.
2. Veja: <www.tlachinollan.org>. Último acesso em: 12 ago. 2014.
3. Por meio de um censo realizado com a equipe médica local e agentes de saúde locais em Carrizalillo, a PIAP documentou que 27% da população sofre de náuseas, diarreia e parasitas; 39% de dores de cabeça e exaustão; 45% de irritação e/ou inflamação na garganta; 57% de constipações, tosse, bronquite, asma ou pneumonia e um número indefinidamente grande de casos de lesões de pele e doenças devidas ao ácido cianídrico produzido como um resultado da evaporação de cianeto utilizado na exploração mineira de lixiviação de cianeto para a extração de ouro. Dados em arquivo com a autora.
4. Veja: <<http://www.miningwatch.ca/blog/local-community-shuts-down-goldcorps-los-filos-mine-mexico-company-claims-it-was-suspended-purp>>. Último acesso em: 12 ago. 2014.
5. Veja: <www.rindecuentas.org>. Último acesso em: 12 ago. 2014.
6. Veja: <<http://www.movimientom4.org/gold-corp-me-enferma> and <http://www.movimientom4.org/wp-content/docs/accion-denuncia-goldcorp-ingles.pdf>>. Último acesso em: 12 ago. 2014.
7. Veja: <<http://tribunaldesalud.org/veredicto>>. Último acesso em: 12 ago. 2014.
8. Veja: <www.miningwatch.ca>. Último acesso em: 12 ago. 2014.
9. Veja: <www.dplf.org>. Último acesso em: 12 ago. 2014.
10. Veja: <http://www.dplf.org/sites/default/files/informe_audiencia_mineria.pdf>. Último acesso em: 12 ago. 2014.

SUR 1, v. 1, n. 1, Jun. 2004

EMILIO GARCÍA MÉNDEZ

Origem, sentido e futuro dos direitos humanos: Reflexões para uma nova agenda

FLAVIA PIOVESAN

Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos

OSCAR VILHENA VIEIRA E A. SCOTT DUPREE

Reflexões acerca da sociedade civil e dos direitos humanos

JEREMY SARKIN

O advento das ações movidas no Sul para reparação por abusos dos direitos humanos

VINODH JAICHAND

Estratégias de litígio de interesse público para o avanço dos direitos humanos em sistemas domésticos de direito

PAUL CHEVIGNY

A repressão nos Estados Unidos após o atentado de 11 de setembro

SERGIO VIEIRA DE MELLO

Apenas os Estados-membros podem fazer a ONU funcionar Cinco questões no campo dos direitos humanos

SUR 2, v. 2, n. 2, Jun. 2005

SALIL SHETTY

Declaração e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Oportunidades para os direitos humanos

FATEH AZZAM

Os direitos humanos na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

RICHARD PIERRE CLAUDE

Direito à educação e educação para os direitos humanos

JOSÉ REINALDO DE LIMA LOPES

O direito ao reconhecimento para gays e lésbicas

E.S. NWAUCHE E J.C. NWOBIKE

Implementação do direito ao desenvolvimento

STEVEN FREELAND

Direitos humanos, meio ambiente e conflitos: Enfrentando os crimes ambientais

FIONA MACAULAY

Parcerias entre Estado e sociedade civil para promover a segurança do cidadão no Brasil

EDWIN REKOSH

Quem define o interesse público?

VÍCTOR E. ABRAMOVICH

Linhas de trabalho em direitos econômicos, sociais e culturais: Instrumentos e aliados

SUR 3, v. 2, n. 3, Dez. 2005

CAROLINE DOMMEN

Comércio e direitos humanos: rumo à coerência

CARLOS M. CORREA

O Acordo TRIPS e o acesso a medicamentos nos países em desenvolvimento

BERNARDO SORJ

Segurança, segurança humana e América Latina

ALBERTO BOVINO

A atividade probatória perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos

NICO HORN

Eddie Mabo e a Namíbia: Reforma agrária e direitos pré-coloniais à posse da terra

NLERUM S. OKOGBULE

O acesso à justiça e a proteção aos direitos humanos na Nigéria: Problemas e perspectivas

MARÍA JOSÉ GUEMBE

Reabertura dos processos pelos crimes da ditadura militar argentina

JOSÉ RICARDO CUNHA

Direitos humanos e justiça: Pesquisa no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

LOUISE ARBOUR

Plano de ação apresentado pela Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos

SUR 4, v. 3, n. 4, Jun. 2006

FERNANDE RAINE

O desafio da mensuração nos direitos humanos

MARIO MELO

Últimos avanços na justiça dos direitos indígenas no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

ISABELA FIGUEROA

Povos indígenas versus petrolíferas: Controle constitucional na resistência

ROBERT ARCHER

Os pontos positivos de diferentes tradições: O que se pode ganhar e o que se pode perder combinando direitos e desenvolvimento?

J. PAUL MARTIN

Releitura do desenvolvimento e dos direitos: Lições da África

MICHELLE RATTON SANCHEZ

Breves considerações sobre os mecanismos de participação para ONGs na OMC

JUSTICE C. NWOBIKE

Empresas farmacêuticas e acesso a medicamentos nos países em desenvolvimento: O caminho a seguir

CLÓVIS ROBERTO ZIMMERMANN

Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: O caso da Bolsa Família do governo Lula no Brasil

CHRISTOF HEYNS, DAVID PADILLA E LEO ZWAAK

Comparação esquemática dos sistemas regionais e direitos humanos: Uma atualização

RESENHA

SUR 5, v. 3, n. 5, Dez. 2006

CARLOS VILLAN DURAN

Luzes e sombras do novo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

PAULINA VEGA GONZÁLEZ

O papel das vítimas nos procedimentos perante o Tribunal Penal Internacional: seus direitos e as primeiras decisões do Tribunal

OSWALDO RUIZ CHIRIBOGA

O direito à identidade cultural dos povos indígenas e das minorias nacionais: um olhar a partir do Sistema Interamericano

LYDIAH KEMUNTO BOSIRE

Grandes promessas, pequenas realizações: justiça transicional na África Subsaariana

DEVIKA PRASAD

Fortalecendo o policiamento democrático e a responsabilização na Commonwealth do Pacífico

IGNACIO CANO

Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime

TOM FARER

Rumo a uma ordem legal internacional efetiva: da coexistência ao consenso?

RESENHA

SUR 6, v. 4, n. 6, Jun. 2007

UPENDRA BAXI

O Estado de Direito na Índia

OSCAR VILHENA VIEIRA

A desigualdade e a subversão do Estado de Direito

RODRIGO UPRIMNY YEPES

A judicialização da política na Colômbia: casos, potencialidades e riscos

LAURA C. PAUTASSI

Há igualdade na desigualdade? Abrangência e limites das ações afirmativas

GERT JONKER E RIKA SWANZEN

Serviços de intermediação para crianças-testemunhas que depõem em tribunais criminais da África do Sul

SERGIO BRANCO

A lei autoral brasileira como elemento de restrição à eficácia do direito humano à educação

THOMAS W. POGGE

Para erradicar a pobreza sistêmica: em defesa de um Dividendo dos Recursos Globais

SUR 7, v. 4, n. 7, Dez. 2007

LUCIA NADER

O papel das ONGs no Conselho de Direitos Humanos da ONU

CECÍLIA MACDOWELL SANTOS

Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos

JUSTIÇA TRANSICIONAL

TARA URS

Vozes do Camboja: formas locais de responsabilização por atrocidades sistemáticas

CECILY ROSE E FRANCIS M. SSEKANDI

A procura da justiça transicional e os valores tradicionais africanos: um choque de civilizações – o caso de Uganda

RAMONA VIJEYARASA

Verdade e reconciliação para as “gerações roubadas”: revisitando a história da Austrália

ELIZABETH SALMÓN G.

O longo caminho da luta contra a pobreza e seu alentador encontro com os direitos humanos

ENTREVISTA COM JUAN MÉNDEZ

Por Glenda Mezarobba

SUR 8, v. 5, n. 8, Jun. 2008

MARTÍN ABREGÚ

Direitos humanos para todos: da luta contra o autoritarismo à construção de uma democracia inclusiva - um olhar a partir da Região Andina e do Cone Sul

AMITA DHANDA

Construindo um novo léxico dos direitos humanos: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências

LAURA DAVIS MATTAR

Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais – uma análise comparativa com os direitos reprodutivos

JAMES L. CAVALLARO E STEPHANIE ERIN BREWER

O papel da litigância para a justiça social no Sistema Interamericano

DIREITO À SAÚDE E ACESSO A MEDICAMENTOS

PAUL HUNT E RAJAT KHOSLA

Acesso a medicamentos como um direito humano

THOMAS POGGE

Medicamentos para o mundo: incentivando a inovação sem obstruir o acesso livre

JORGE CONTESSA E DOMINGO LOVERA PARMO

Acesso a tratamento médico para pessoas vivendo com HIV/AIDS: êxitos sem vitória no Chile

GABRIELA COSTA CHAVES, MARCELA FOGAÇA VIEIRA E RENATA REIS

Acesso a medicamentos e propriedade intelectual no Brasil: reflexões e estratégias da sociedade civil

SUR 9, v. 5, n. 9, Dez. 2008

BARBORA BUK OVSKÁ

Perpetrando o bem: as consequências não desejadas da defesa dos direitos humanos

JEREMY SARKIN

Prisões na África: uma avaliação da perspectiva dos direitos humanos

REBECCA SAUNDERS

Sobre o intraduzível: sofrimento humano, a linguagem de direitos humanos e a Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul

SESSENTA ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS

PAULO SÉRGIO PINHEIRO

Os sessenta anos da Declaração Universal: atravessando um mar de contradições

FERNANDA DOZ COSTA

Pobreza e direitos humanos: da mera retórica às obrigações jurídicas - um estudo crítico sobre diferentes modelos conceituais

EITAN FELNER

Novos limites para a luta pelos direitos econômicos e sociais? Dados quantitativos como instrumento para a responsabilização por violações de direitos humanos

KATHERINE SHORT

Da Comissão ao Conselho: a Organização das Nações Unidas conseguiu ou não criar um organismo de direitos humanos confiável?

ANTHONY ROMERO

Entrevista com Anthony Romero, Diretor Executivo da *American Civil Liberties Union* (ACLU)

SUR 10, v. 6, n. 10, Jun. 2009

ANUJ BHUWANIA

“Crianças muito más”: “Tortura indiana” e o Relatório da Comissão sobre Tortura em Madras de 1855

DANIELA DE VITO, AISHA GILL E DAMIEN SHORT

A tipificação do estupro como genocídio

CHRISTIAN COURTIS

Anotações sobre a aplicação da Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas por tribunais da América Latina

BENYAM D. MEZMUR

Adoção internacional como medida de último recurso na África: promover os direitos de uma criança ao invés do direito a uma criança

DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS EM MOVIMENTO: MIGRANTES E REFUGIADOS

KATHARINE DERDERIAN E LIESBETH SCHOCKAERT

Respostas aos fluxos migratórios mistos: Uma perspectiva humanitária

JUAN CARLOS MURILLO

Os legítimos interesses de segurança dos Estados e a proteção internacional de refugiados

MANUELA TRINDADE VIANA

Cooperação internacional e deslocamento interno na Colômbia: Desafios à maior crise humanitária da América do Sul

JOSEPH AMON E KATHERINE TODRYS

Acesso de populações migrantes a tratamento antiretroviral no Sul Global

PABLO CERIANI CERNADAS

Controle migratório europeu em território africano: A omissão do caráter extraterritorial das obrigações de direitos humanos

SUR 11, v. 6, n. 11, Dez. 2009

VÍCTOR ABRAMOVICH

Das Violações em Massa aos Padrões Estruturais: Novos Enfoques e Clássicas Tensões no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

VIVIANA BOHÓRQUEZ MONSALVE E JAVIER AGUIRRE ROMÁN

As Tensões da Dignidade Humana: Conceituação e Aplicação no Direito Internacional dos Direitos Humanos

DEBORA DINIZ, LÍVIA BARBOSA E WEDERSON RUFINO DOS SANTOS

Deficiência, Direitos Humanos e Justiça

JULIETA LEMAITRE RIPOLL

O Amor em Tempos de Cólera: Direitos LGBT na Colômbia

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

MALCOLM LANGFORD

Judicialização dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais no Âmbito Nacional: Uma Análise Socio-Jurídica

ANN BLYBERG

O Caso da Alocação Indevida: Direitos Econômicos e Sociais e Orçamento Público

ALDO CALIARI

Comércio, Investimento, Financiamento e Direitos Humanos: Avaliação e Estratégia

PATRICIA FEENEY

A Luta por Responsabilidade das Empresas no Âmbito das Nações Unidas e o Futuro da Agenda de Advocacy

COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Entrevista com Rindai Chipfunde-Vava, Diretora da Zimbabwe Election Support Network (ZESN)

Relatório sobre o IX Colóquio Internacional de Direitos Humanos

SUR 12, v. 7, n. 12, Jun. 2010

SALIL SHETTY

Prefácio

FERNANDO BASCH ET AL.

A Eficácia do Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos: Uma Abordagem Quantitativa sobre seu Funcionamento e sobre o Cumprimento de suas Decisões

RICHARD BOURNE

Commonwealth of Nations:

Estratégias Intergovernamentais e Não-governamentais para a Proteção dos Direitos Humanos em uma Instituição Pós-colonial

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

ANISTIA INTERNACIONAL

Combatendo a Exclusão: Por que os Direitos Humanos São Essenciais para os ODMs

VICTORIA TAULI-CORPUZ

Reflexões sobre o Papel do Forum Permanente sobre Questões Indígenas das Nações Unidas em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ALICIA ELY YAMIN

Rumo a uma Prestação de Contas Transformadora: Uma Proposta de Enfoque com base nos Direitos Humanos para Dar Cumprimento às Obrigações Relacionadas à Saúde Materna

SARAH ZAIDI

Objetivo 6 do Desenvolvimento do Milênio e o Direito à Saúde: Contraditórios ou Complementares?

MARCOS A. ORELLANA

Mudança Climática e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: O Direito ao Desenvolvimento, Cooperação Internacional e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS

LINDIWE KNUTSON

O Direito das Vítimas do *apartheid* a Requerer Indenizações de Corporações Multinacionais é Finalmente Reconhecido por Tribunais dos EUA?

DAVID BILCHITZ

O Marco Ruggie: Uma Proposta Adequada para as Obrigações de Direitos Humanos das Empresas?

SUR 13, v. 7, n. 13, Dez. 2010

GLENDA MEZAROBBA

Entre Reparações, Meias Verdades e Impunidade: O Difícil Rompimento com o Legado da Ditadura no Brasil

GERARDO ARCE ARCE

Forças Armadas, Comissão da Verdade e Justiça Transicional no Peru

MECANISMOS REGIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

FELIPE GONZÁLEZ

As Medidas de Urgência no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

JUAN CARLOS GUTIÉRREZ E SILVANO CANTÚ

A Restrição à Jurisdição Militar nos Sistemas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos

DEBRA LONG E LUKAS MUNTINGH

O Relator Especial Sobre Prisões e Condições de Detenção na África e o Comitê para Prevenção da Tortura na África: Potencial para Sinergia ou Inércia?

LUCYLINE NKATHA MURUNGI E JACQUI GALLINETTI

O Papel das Cortes Sub-Regionais no Sistema Africano de Direitos Humanos

MAGNUS KILLANDER

Interpretação dos Tratados Regionais de Direitos Humanos

ANTONIO M. CISNEROS DE ALENCAR

Cooperação entre Sistemas Global e Interamericano de Direitos Humanos no Âmbito do Mecanismo de Revisão Periódica Universal

IN MEMORIAM

Kevin Boyle – Um Elo Forte na Corrente Por Borislav Petranov

SUR 14, v. 8, n. 14, Jun. 2011

MAURÍCIO ALBARRACÍN CABALLERO

Corte Constitucional e Movimentos Sociais: O Reconhecimento Judicial dos Direitos de Casais do Mesmo Sexo na Colômbia

DANIEL VÁZQUEZ E DOMITILLE DELAPLACE

Políticas Públicas na Perspectiva de Direitos Humanos: Um Campo em Construção

J. PAUL MARTIN

Educação em Direitos Humanos em Comunidades em Recuperação Após Grandes Crises Sociais: Lições para o Haiti

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

LUIS FERNANDO ASTORGA GATJENS

Análise do Artigo 33 da Convenção da ONU: O Papel Crucial da Implementação e do Monitoramento Nacionais

LETÍCIA DE CAMPOS VELHO MARTEL

Adaptação Razoável: O Novo Conceito sob as Lentes de Uma Gramática Constitucional Inclusiva

MARTA SCHAFF

Negociando Sexualidade na Convenção de Direitos das Pessoas com Deficiência

TOBIAS PIETER VAN REENEN E
HELÉNE COMBRINCK

A Convenção da ONU sobre
os Direitos das Pessoas com
Deficiência na África: Avanços 5
Anos Depois

STELLA C. REICHER

Diversidade Humana e Assimetrias:
Uma Releitura do Contrato Social
sob a Ótica das Capacidades

PETER LUCAS

A Porta Aberta: Cinco Filmes
que Marcaram e Fundaram as
Representações dos Direitos
Humanos para Pessoas com
Deficiência

LUIS GALLEGOS CHIRIBOGA

Entrevista com Luis Gallegos
Chiriboga, Presidente (2002-2005)
do Comitê *Ad Hoc* que Elaborou a
Convenção Sobre os Direitos das
Pessoas com Deficiência

SUR 15, v. 8, n. 15, Dez. 2011

ZIBA MIR-HOSSEINI

Criminalização da Sexualidade: Leis
de *Zina* como Violência Contra as
Mulheres em Contextos Muçulmanos

LEANDRO MARTINS ZANITELLI

Corporações e Direitos Humanos:
O Debate Entre Voluntaristas
e Obrigacionistas e o Efeito
Solapador das Sanções

ENTREVISTA COM DENISE DORA

Responsável pelo Programa de
Direitos Humanos da Fundação Ford
no Brasil entre 2000 e 2011

IMPLEMENTAÇÃO NO ÂMBITO NACIONAL DAS DECISÕES DOS SISTEMAS REGIONAIS E INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

MARIA ISSAEVA,
IRINA SERGEEVA E MARIA
SUCHKOVA

Execução das Decisões da Corte
Europeia de Direitos Humanos
na Rússia: Avanços Recentes e
Desafios Atuais

CÁSSIA MARIA ROSATO E
LUDMILA CERQUEIRA
CORREIA

Caso *Damião Ximenes Lopes*:
Mudanças e Desafios Após a
Primeira Condenação do Brasil pela
Corte Interamericana de Direitos
Humanos

DAMIÁN A. GONZÁLEZ-
SALZBERG

A Implementação das Sentenças da
Corte Interamericana de Direitos
Humanos na Argentina: Uma
Análise do Vaivém Jurisprudencial
da Corte Suprema de Justiça da
Nação

MARCIA NINA BERNARDES

Sistema Interamericano de Direitos
Humanos como Esfera Pública
Transnacional: Aspectos Jurídicos
e Políticos da Implementação de
Decisões Internacionais

CADERNO ESPECIAL: CONECTAS DIREITOS HUMANOS - 10 ANOS

A Construção de uma Organização
Internacional do/no Sul

SUR 16, v. 9, n. 16, Jun. 2012

PATRICIO GALELLA E CARLOS
ESPÓSITO

As *Entregas Extraordinárias*
na Luta Contra o Terrorismo.
Desaparecimentos Forçados?

BRIDGET CONLEY-ZILKIC

Desafios para Aqueles que
Trabalham na Área de Prevenção e
Resposta ao Genocídio

MARTA RODRIGUEZ DE ASSIS

MACHADO, JOSÉ RODRIGO
RODRIGUEZ, FLAVIO MARQUES
PROL, GABRIELA JUSTINO
DA SILVA, MARINA ZANATA
GANZAROLLI E RENATA DO VALE
ELIAS

Disputando a Aplicação das Leis: A
Constitucionalidade da Lei Maria da
Penha nos Tribunais Brasileiros

SIMON M. WELDEHAIMANOT

A CADHP no Caso *Southern
Cameroons*

ANDRÉ LUIZ SICILIANO

O Papel da Universalização dos
Direitos Humanos e da Migração
na Formação da Nova Governança
Global

SEGURANÇA CIDADÃ E DIREITOS HUMANOS

GINO COSTA

Segurança Pública e Crime
Organizado Transnacional nas
Américas: Situação e Desafios no
Âmbito Interamericano

MANUEL TUFRÓ

Participação Cidadã, Segurança
Democrática e Conflito entre
Culturas Políticas. Primeiras
Observações sobre uma Experiência
na Cidade Autônoma de Buenos
Aires

CELS

A Agenda Atual de Segurança e
Direitos Humanos na Argentina.
Uma Análise do *Centro de Estudos
Legais y Sociales* (CELS)

PEDRO ABRAMOVAY

A Política de Drogas e *A Marcha da
Insensatez*

VISÕES SOBRE AS UNIDADES DE

POLÍCIA PACIFICADORA (UPPS)
NO RIO DE JANEIRO, BRASIL

Rafael Dias – Pesquisador, Justiça
Global

José Marcelo Zacchi – Pesquisador-
associado do Instituto de Estudos
do Trabalho e Sociedade – IETS

SUR 17, v. 9, n. 17, dez. 2012

DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS

CÉSAR RODRÍGUEZ GARAVITO,
JUANA KWEITEL E LAURA
TRAJBER WAISBICH

Desenvolvimento e Direitos
Humanos: Algumas Ideias para
Reiniciar o Debate

IRENE BIGLINO, CHRISTOPHE
GOLAY E IVONA TRUSCAN

A Contribuição dos Procedimentos
Especiais da ONU para o Diálogo
entre os Direitos Humanos e o
Desenvolvimento

LUIS CARLOS BUOB CONCHA

Direito à Água: Entendendo
seus Componentes Econômico,
Social e Cultural como Fatores de
Desenvolvimento para os Povos
Índigenas

ANDREA SCETTINI

Por um Novo Paradigma de
Proteção dos Direitos dos Povos
Índigenas: Uma Análise Crítica dos
Parâmetros Estabelecidos pela Corte
Interamericana de Direitos Humanos

SERGES ALAIN DJOYOU KAMGA
E SIYAMBONGA HELEBA

Crescimento Econômico pode
Traduzir-se em Acesso aos Direitos?
Desafios das Instituições da África
do Sul para que o Crescimento
Conduza a Melhores Padrões de
Vida

ENTREVISTA COM SHELDON
LEADER

Empresas Transnacionais
e Direitos Humanos

ALINE ALBUQUERQUE
E DABNEY EVANS

Direito à Saúde no Brasil: Um
Estudo sobre o Sistema de
Apresentação de Relatórios para
os Comitês de Monitoramento de
Tratados

LINDA DARKWA
E PHILIP ATTUQUAYEFIO

Matando Para Proteger? Guardas
da Terra, Subordinação do Estado e
Direitos Humanos em Gana

CRISTINA RÃDOI

A Resposta Ineficaz das
Organizações Internacionais em
Relação à Militarização da Vida das
Mulheres

CARLA DANTAS

Direito de Petição do Indivíduo no Sistema Global de Proteção dos Direitos Humanos

SUR 18, v. 10, n. 18, Jun. 2013

INFORMAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

SÉRGIO AMADEU DA SILVEIRA

Aaron Swartz e as Batalhas pela Liberdade do Conhecimento

ALBERTO J. CERDA SILVA

Internet Freedom não é Suficiente: Para uma Internet Fundamentada nos Direitos Humanos

FERNANDA RIBEIRO ROSA

Inclusão Digital como Política Pública: Disputas no Campo dos Direitos Humanos

LAURA PAUTASSI

Monitoramento do Acesso à Informação a Partir dos Indicadores de Direitos Humanos

JO-MARIE BURT E CASEY CAGLEY

Acesso à Informação, Acesso à Justiça: Os Desafios da *Accountability* no Peru

MARISA VIEGAS E SILVA

O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas: Seis Anos Depois

JÉRÉMIE GILBERT

Direito à Terra como Direito Humano: Argumentos em prol de um Direito Específico à Terra

PÉTALLA BRANDÃO TIMO

Desenvolvimento à Custa de Violações: Impacto de Megaprojetos nos Direitos Humanos no Brasil

DANIEL W. LIANG WANG E OCTAVIO LUIZ MOTTA FERRAZ

Atendendo os mais Necessitados? Acesso à Justiça e o Papel dos Defensores e Promotores Públicos no Litígio Sobre Direito à Saúde na Cidade de São Paulo

OBONYE JONAS

Direitos Humanos, Extradicação e Pena de Morte: Reflexões Sobre o Impasse Entre Botsuana e África Do Sul

ANTONIO MOREIRA MAUÉS

Supralegalidade dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos e Interpretação Constitucional

SUR 19, v. 10, n. 18, DEZ.. 2013

POLÍTICA EXTERNA E DIREITOS HUMANOS

DAVID PETRASEK

Novas potências, novas estratégias? Diplomacia em direitos humanos no século XXI

ADRIANA ERTHAL ABDENUR E DANILLO MARCONDES DE SOUZA NETO

Cooperação brasileira para o desenvolvimento na África: Qual o papel da democracia e dos direitos humanos?

CARLOS CERDA DUEÑAS

Limites e avanços na incorporação de normas internacionais de direitos humanos no México a partir da reforma constitucional de 2011

ELISA MARA COIMBRA

Sistema Interamericano de Direitos Humanos: Desafios à implementação das decisões da Corte no Brasil

CONOR FOLEY

A evolução da legitimidade das intervenções humanitárias

DEISY VENTURA

Saúde pública e política externa brasileira

CAMILA LISSA ASANO

Política externa e direitos humanos em países emergentes: Reflexões a partir do trabalho de uma organização do Sul Global

ENTREVISTA COM MAJA DARUWALA (CHRI) E SUSAN WILDING (CIVICUS)

A política externa das democracias emergentes: Qual o lugar dos direitos humanos? Um olhar sobre a Índia e a África do Sul

DAVID KINLEY

Encontrando liberdade na China: Direitos humanos na economia política

LAURA BETANCUR RESTREPO

A promoção e a proteção dos direitos humanos por meio de clínicas jurídicas e sua relação com os movimentos sociais: Conquistas e desafios no caso da objeção de consciência ao serviço militar obrigatório na Colômbia

ALEXANDRA LOPES DA COSTA

Inquisição contemporânea: Uma história de perseguição criminal, exposição da intimidade e violação de direitos no Brasil

ANA CRISTINA GONZÁLEZ VÉLEZ E VIVIANA BOHÓRQUEZ MONSALVE

Estudo de caso da Colômbia: Normas sobre aborto para fazer avançar a agenda do Programa de Ação do Cairo